



2018/05/23

## O acordo nuclear com o Irão e as exigências dos EUA

Alexandre Reis Rodrigues

Na sua primeira grande intervenção política, como secretário de Estado, Mike Pompeo resumiu, num discurso na *Heritage Foundation*, esta segunda-feira, o que os EUA esperam da parte do Irão para não avançar com um novo conjunto de sanções, a acompanhar a decisão de abandono do chamado "acordo nuclear iraniano".



São doze exigências que, no seu conjunto, obrigam a uma mudança radical da postura geopolítica do Estado iraniano. Estão longe de qualquer configuração que possa ser entendida como uma base de negociação. Se aceites, corresponderiam, na prática, a uma rendição incondicional do Irão. Obviamente não vão ser aceites e os EUA, seguramente, contam com isso.

Ao contrário do atual acordo que tem uma validade limitada a treze anos, os EUA agora exigem o abandono definitivo (*"in perpetuity"*) do programa de construção de armas nucleares, incluindo a suspensão das atividades de enriquecimento de urânio, processamento de plutónio e o consentimento de inspeções sem restrições pelos peritos internacionais da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Fora do campo nuclear, visam a cessação do programa de mísseis balísticos e o fim do apoio a grupos armados no exterior (Hezbollah/Líbano, Talibans/Afeganistão e Houthis/Iémen) através dos quais o Irão tenta consolidar a sua influência regional, contra os interesses da Arábia Saudita, Israel e EUA, entre outros.

Poderá interpretar-se esta nova linha como uma mudança de estratégia para o Médio Oriente? Ou trata-se apenas de uma decisão que respeita apenas ao Irão, há muito prevista, e que surge sobretudo como reflexo de compromissos internos com uma corrente de opinião que sempre esteve em oposição à celebração do acordo? Com grande probabilidade, trata-se das duas coisas e não deve ser vista isolada da questão norte coreana.

Como estratégia, obviamente, não pode ser interpretada olhando apenas para as exigências desmesuradas que ninguém - incluindo os EUA - espera ver serem aceites pelo regime iraniano. Embora não o reconheçam - e até digam exatamente o contrário - os EUA sabem perfeitamente que não vão conseguir mais cedências do que as conquistadas pela administração Obama, agora que deixaram de ter, entre os signatários do acordo, uma frente unida para pressionar o Irão.

O que terão em vista não é específico nem, digamos, tangível. É sobretudo enfraquecer o regime iraniano alimentando o descontentamento e a oposição interna - reduzindo as expectativas de crescimento económico - e, subsequentemente, fazê-lo recuar nas suas ambições regionais. Paralelamente, visa também passar para a Coreia do Norte a ideia de que a concordância e empenho posto na realização da

cimeira de 12 de junho não deve ser interpretada como a aceitação simples do seu estatuto de potência nuclear.

A União Europeia, pela voz da Alta Representante para a Política Externa e Segurança, Frederica Mogherini, obviamente, não faz esta leitura da situação. Considera que não há alternativa para o acordo e como tal procura – para o salvar – reforçar os laços económicos com o Irão, exatamente o contrário do que os EUA farão. Se vai ou não conseguir esse objetivo só o tempo dirá, mas o mais provável é as empresas europeias hesitarem investir num contexto de sanções americanas de que não conseguirão isolar-se.

Compreendem-se as preocupações europeias com a possibilidade de Teerão retirar-se do acordo, ficando livre de prosseguir o seu programa nuclear sem qualquer controlo da AIEA. Mas essa preocupação não pode deixar de ser ponderada com a preocupação alternativa de não se pôr qualquer limite às ambições regionais de Teerão, desfecho para que a Europa, sem a autonomia estratégica que pretende vir a ter, não está preparada para enfrentar sem o auxílio dos EUA.